



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 04

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28/02/2012
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereador:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 28/02/2012

ATA Nº 04

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 14 de fevereiro 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

1.1 - O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, no dia 27 do corrente mês, deslocou-se a Miranda do Douro, no âmbito da assinatura de um Protocolo, relativo às rendas das barragens hidroelétricas dos municípios. Este assunto tem sido objeto de debate há bastante tempo e a ANMP criou uma Comissão para discussão e análise do mesmo com a EDP, tendo finalmente chegado a um entendimento. No que ao Município de Pampilhosa da Serra diz respeito, houve



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

um aumento do valor da renda, embora não tanto quanto pretendíamos, uma vez que o nosso município tem cerca de 20kms de influência e três barragens. -----

----- Que, no dia 28 de Fevereiro, vai haver uma reunião da CIMPIN, no âmbito da TDT, com um representante da ANACOM, na qual vai estar presente o Secretário-Geral da ANMP, Dr. Artur Trindade, no sentido de manifestar à ANACOM a posição da Associação Nacional de Municípios relativamente à falta da cobertura da TDT em grande parte do território do nosso país. Apesar de termos conseguido que a Vila da Pampilhosa da Serra já tenha a TDT a funcionar, todo o vale do Zêzere ainda se encontra privado de sinal, pelo que, vamos continuar a lutar pela colocação de mais retransmissores, para colmatar essa lacuna. -----

----- Que, relativamente à eventual extinção do Tribunal de Pampilhosa da Serra, foi possível agendar uma reunião com a Senhora Ministra da Justiça, para o dia 12 do corrente mês, na qual tenciona chamar a atenção para os fundamentos que deverão presidir à tomada de decisão da continuidade do Tribunal da Comarca de Pampilhosa da Serra. Referiu que ainda não tomou uma posição mais firme sobre o assunto porque a Senhora Ministra da Justiça acedeu em recebê-lo e aguarda que ela lhe transmita pessoalmente o que vai acontecer ao Tribunal de Pampilhosa da Serra. -----

----- Mais informou, que está convocado para uma reunião com a Ordem dos Advogados, que pretendem tomar uma posição relativamente ao novo mapa judiciário e querem primeiro ouvir os autarcas. Apesar de ter a audiência marcada com a Senhora Ministra, estará presente na dita reunião, pelo menos para defender acerrimamente a questão do Tribunal.-----

----- Que, o Município de Pampilhosa da Serra vai estar novamente presente na BTL 2012, de 29 de Abril a 04 Março, para promover o nosso território, enquanto concelho de grandes potencialidades turísticas, mas neste caso concreto também pretende dar visibilidade ao Hotel que está já em fase final de construção. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O Sr. Vereador Luís de Almeida Gonçalves informou o restante Executivo, que esteve presente numa reunião da Pampimel e que se congratula por verificar que existe alguma dinâmica no setor da Apicultura, nomeadamente num projeto que foi apresentado por uma apicultora de Dornelas do Zêzere. Tendo em conta que existe uma cooperativa no concelho, pensa que é uma área que pode ser bem explorada e incentivada. Nesse âmbito e no sentido de captar os jovens para esta atividade, propõe



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

que a Autarquia pondere oferecer uma colmeia completa a cada novo apicultor, que seria apadrinhado por outro apicultor. -----

----- O Sr. Presidente referiu que a Apicultura está a ter cada vez mais aderentes e que é uma atividade saudável e lucrativa, para a qual é necessário também adquirir conhecimentos sobre a matéria. A Câmara Municipal apoiou a criação e a constituição da cooperativa Pampimel, cedeu as instalações para a sua atividade e congratula-se pela dinâmica que a Cooperativa está a implementar no Concelho. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1.1 - CNE - Agrupamento 55 da Amadora do Corpo Nacional de Escutas (CNE) - Pedido de autorização para realização de acampamento em Malhada-do-Rei, freguesia de Unhais-o-Velho

----- Foi presente um e-mail do CNE - Agrupamento 55 da Amadora do Corpo Nacional de Escutas - Escotismo Católico Português, a comunicar que englobado no planeamento de atividades para o ano 2011-2012, pretendem realizar, de 28 de julho a 05 de agosto de 2012, um acampamento que contará com a participação de cerca de 110 Escuteiros dos 7 aos 22 anos e respetivos responsáveis adultos deste Agrupamento, num terreno sito do lado esquerdo da ribeira, a jusante da comporta da praia fluvial da aldeia de Malhada-do-Rei, freguesia de Unhais-o-Velho. Vêm, nesse sentido, solicitar que seja autorizada a realização do referido acampamento, no período e local mencionado.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Informar o CNE - Agrupamento 55 da Amadora, que deverá contatar a EDP, uma vez que o local onde pretendem acampar é propriedade daquela empresa; -----

----- Autorizar o referido acampamento e isentar do pagamento de taxas. -----

----- O Município não se responsabiliza por quaisquer prejuízos que advenham da participação no acampamento.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - Cáritas Diocesana de Coimbra



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- Pedido de autorização para realização de Peditório Público

----- Foi presente uma carta da Cáritas Diocesana de Coimbra a comunicar que, de acordo com o Decreto-Lei nº 87/89, de 19 de Março, Artº 2, alínea d), vem solicitar autorização para a realização do Peditório Público, a efetuar nos dias 08, 09, 10 e 11 de Março, nas ruas do concelho de Pampilhosa da Serra, integrado na Semana Nacional da Cáritas. O referido peditório destina-se à concretização de ações de natureza social, a favor de pessoas e famílias mais pobres da nossa diocese. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o peditório público. Mais deliberou por unanimidade isentar do pagamento de taxas, de acordo com o Regulamento Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.3 - Rastreio Auditivo Gratuito

- Pedido de autorização para ocupação da via pública

----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Secretaria, do seguinte teor: -----

----- " No seguimento do e-mail da Firma "Acústica Médica", datado de 09/02/2012, registado sob o nº 655, cumpre-me informar V.Exª que de acordo com o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, esta não poderá ser isenta de taxas de ocupação da via pública com uma unidade móvel. -----

----- Contudo, a firma propõe-se a prestar cuidados básicos de saúde (teste de audição) gratuitamente, na área do concelho e uma vez que a população é envelhecida e estes casos são de maior presença nestes escalões etários, entendem estes serviços haver interesse público municipal, o que poderá o licenciamento de ocupação da via pública ser isento de acordo com a alínea a) do nº 3 do artº 8º do regulamento acima citado. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.2.1 Regulamento Interno Sobre Prevenção e Controlo de Consumo de Bebidas Alcoólicas

----- Pelo Sr. Presidente, foi presente o Regulamento Interno Sobre Prevenção e Controlo de Consumo de Bebidas Alcoólicas, do qual foi dado conhecimento ao restante Executivo que, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e divulgar junto dos serviços da Câmara Municipal: -----

REGULAMENTO INTERNO SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

PREÂMBULO

----- O álcool é considerado uma droga que, ao atuar no sistema nervoso central, provoca uma mudança no comportamento de quem o consome, além de provocar dependência. Mesmo ingerido em pequenas quantidades, o álcool produz alterações no comportamento dos trabalhadores, que podem afetar a sua relação com os colegas e o próprio desempenho no trabalho, influenciando negativamente a sua imagem e a da Autarquia. -----

----- O consumo excessivo de bebidas alcoólicas, além de prejudicar a saúde, pode ser responsável por acidentes no trabalho, alterações psicológicas e perturbações na relação com os outros trabalhadores. Trabalhar com álcool no sangue pode levar a falta de concentração, quedas, comportamentos violentos e conflitos laborais. -----

----- O presente regulamento interno fixa os termos em que é efetuada a prevenção e controlo de consumo de bebidas alcoólicas, procurando reduzir a zero as situações de risco motivadas pelo uso de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho. -----

----- Assim, atento o disposto na al. a), do nº 2 do artigo 68º e al. a), do nº 7 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foi aprovado o presente Regulamento Interno em reunião da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizada em 28 de Fevereiro de 2012. -----

ARTIGO 1º

OBJETIVO

O presente Regulamento tem por objetivo prioritário: -----

- a) A prevenção do consumo de bebidas alcoólicas, com vista à defesa da saúde e bem-estar do trabalhador, no respeito pela integridade e dignidade de todos quantos trabalham no Município de Pampilhosa da Serra. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- b) Definir a metodologia a adotar para controlo de consumo de bebidas alcoólicas, de forma a evitar que a prestação de trabalho seja prejudicialmente afetada pela influência do álcool. -----

ARTIGO 2º

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O Regulamento Interno Sobre a Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas, adiante designado por Regulamento, aplica-se a todos os trabalhadores do Município de Pampilhosa da Serra, independentemente do tipo de vínculo, sobretudo aos que exercem funções de particular risco e/ou de elevada perícia e em que a influência do álcool possa criar grave perigo à vida, saúde e integridade do trabalhador e de terceiros, nomeadamente aqueles que exercem as funções de asfaltadores, motoristas, tratoristas, ... e demais funcionários que, no exercício das suas funções, operem com instrumentos perigosos. -----

ARTIGO 3º

CONCEITOS

- a) "Tempo de Trabalho": período durante o qual o trabalhador está a desempenhar a atividade ou permanece adstrito à realização da prestação, incluindo-se as interrupções e os intervalos, considerados como compreendidos no tempo de trabalho, atento o disposto no artigo 118º da Lei nº 59/2008, de 11 de setembro (na sua atual redação).-----
- b) "Local de Trabalho": todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou de onde ou para onde deve dirigir-se em virtude do seu trabalho. -----
- c) "Bebida alcoólica": toda a bebida que, por fermentação, destilação ou adição, contenha um título alcoométrico superior a 0,5% vol. -----

ARTIGO 4º

CONSUMO E VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

- 1 - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, é proibido o consumo de bebidas alcoólicas durante o período de trabalho, seja ele normal ou suplementar, nos locais onde esteja a ser desenvolvida a prestação de trabalho. -----
- 2 - O consumo e venda de bebidas alcoólicas são, em regra, apenas admitidos nos locais e pelos períodos de tempo habitualmente destinados ao almoço e jantar (se for o caso). -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- 3 - O consumo de bebidas alcoólicas, nos termos admitidos pelo presente Regulamento, não deverá, em regra, exceder por pessoa 25 cl de vinho ou 33 cl de cerveja, para acompanhamento da refeição. -----

ARTIGO 5º

DA REALIZAÇÃO DOS TESTES

- 1 - O controlo de alcoolemia efetiva-se através do teste para determinação da Taxa de Álcool no Sangue, adiante designada TAS. -----
- 2 - Para o efeito, utilizar-se-á equipamento de sopro, devidamente homologado e calibrado pelas entidades competentes que avalia a quantidade de álcool no ar expirado, determinando, por essa via, as gramas de etanol por litro de sangue. -----
- 3 - Os testes poderão ser efetuados em qualquer uma das seguintes situações: -----
- 3.1 - Realizados em dias a determinar, por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, através de métodos de seleção aleatórios, sendo sorteados os trabalhadores, de entre os abrangidos pelo art. 2º, que serão submetidos ao controlo. -----
- 3.2 - Poderão ainda ser submetidos ao teste também os trabalhadores que, por manifesta suspeita de apresentarem indícios de embriaguez, o respetivo superior hierárquico entenda dever requer o respetivo teste. -----
- 3.3 - Por iniciativa do trabalhador, havendo justo motivo para tal e quando se mostre logisticamente possível; -----
- 3.4 - Quando ocorra um acidente de trabalho. -----
- 4 - A realização do teste é obrigatória, não podendo ser recusada. A recusa à sua realização constitui violação ao dever de obediência, previsto no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas. -----
- 5 - Aquando da realização do teste, o trabalhador tem a faculdade de solicitar a presença de uma testemunha, que se encontre no local. -----
- 6 - Assiste sempre ao trabalhador, submetido ao teste, o direito à contraprova, realizando-se neste caso um segundo exame nos dez minutos imediatamente subsequentes ao primeiro. -----
- 7 - Na listagem com os nomes sorteados e/ou submetidos ao teste, deverá ser anotado o respetivo resultado, devendo o trabalhador tomar conhecimento apondo a respetiva assinatura (Boletim de Controlo - Modelo I anexo). Em caso de renúncia deve ser anotado esse facto (Modelo II anexo). -----

ARTIGO 6º

DOS SUJEITOS



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- 1 - Serão sujeitos à determinação da TAS: -----
- a) Os trabalhadores identificados por sorteio eletrónico; -----
 - b) Os trabalhadores que o pretendam; -----
 - c) Os trabalhadores indicados pelos respetivos superiores hierárquicos, nomeadamente quando o seu comportamento indicie estado de embriaguez; -----
 - d) Os trabalhadores vítimas de acidente de trabalho. -----

ARTIGO 7º

DO SORTEIO

- 1 - O sorteio realizar-se-á em dia e hora incertos do mês, no Edifício da Câmara Municipal, precedido de Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que o determine. -----
- 2 - A fim de serem sujeitos ao teste de determinação da TAS, são sorteados aleatoriamente, por computador, 8 trabalhadores, sendo os primeiros quatro efetivos e os restantes suplentes. -----
- 3 - No caso de ausência de efetivos, os suplentes são sujeitos ao teste de acordo com a ordem do sorteio. -----
- 4 - A realização dos testes implicará obrigatoriamente a máxima discrição, privacidade e seriedade; realizando-se em área reservada.-----

ARTIGO 8º

DA COMPOSIÇÃO DA EQUIPA

Os testes para determinação da TAS serão efetuados pelos dois funcionários afetos aos Serviços de Fiscalização da Autarquia e na presença de uma testemunha, sempre que o trabalhador assim o solicite, de acordo com o disposto no nº 6 do artigo 6º do presente Regulamento. -----

ARTIGO 9º

SIGILO

- 1 - Os testes estão sujeitos a sigilo profissional, sendo garantida a confidencialidade das informações, por parte de quem os realiza e presencia. -----
- 2 - O pessoal dirigente garante a confidencialidade das informações que lhe sejam transmitidas a propósito dos problemas ligados ao consumo de álcool. -----
- 3- O disposto nos números anteriores não prejudica a possibilidade de as informações em causa serem comunicadas, por imposição legal ou para instrução de processo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

disciplinar, às entidades ou funcionários competentes para o efeito, informando os visados sempre que se verifiquem estas exceções. -----

ARTIGO 10º

BOLETIM DE CONTROLO

Na aplicação do teste é obrigatório o preenchimento do Boletim de Controlo, tendo o mesmo de conter a assinatura do avaliado, de quem o realiza e de quem o presencia (conforme Modelo I anexo). -----

ARTIGO 11º

DOS RESULTADOS

- 1 - Realizado o teste, o trabalhador será imediatamente informado do resultado do mesmo. -----
- 2 - Se da aplicação do teste resultar uma taxa igual ou superior a 0,5 g/l, o resultado será considerado positivo. Em todo o caso, a taxa constará do respetivo boletim de controlo.---
- 3 - Tendo colhido resultado positivo, far-se-á menção no Boletim de Controlo de "não apto para o desempenho de funções". -----
- 4- Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, o Boletim de Controlo será remetido ao superior hierárquico, em envelope fechado, com a menção "Confidencial" para efeitos de instauração do respetivo procedimento disciplinar, se for esse o seu entendimento.

ARTIGO 12º

DA CONTRAPROVA

- 1 - O trabalhador pode requerer que lhe seja feita contraprova por análise de sangue, no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra. -----
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os funcionários que aplicam o teste acompanharão, de imediato (num período nunca superior a 30 minutos), o trabalhador ao local onde a colheita possa ser efetuada, assegurando o seu transporte, quando necessário. -----
- 3 - Todas as despesas resultantes da contraprova serão por conta do visado, ou se o resultado for negativo, por conta do Município. -----

ARTIGO 13º

DAS CONSEQUÊNCIAS

- 1 - A menção da declaração de "não apto para o desempenho de funções", obtida nos termos do artigo 11º, obriga a que o referido trabalhador seja suspenso do exercício da



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

prestação de trabalho, considerando-se o período de ausência como falta injustificada com perda de retribuição. -----

2 - O Boletim de Controlo com a declaração de "não apto para o desempenho de funções" será comunicado, por escrito, ao superior hierárquico do trabalhador, para os efeitos considerados convenientes, nomeadamente os referidos no artigo 14º. -----

3 - Nos casos de declaração de " não apto para o desempenho de funções", o trabalhador poderá ser objeto de procedimento disciplinar, nos termos do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas. -----

4 - A reincidência será considerada circunstância agravante especial, sendo este conceito aplicado sempre que dois testes positivos tenham decorrido num período de tempo inferior a um ano. -----

ARTIGO 14º

DAS INFRAÇÕES

1 - Os processos e infrações disciplinares resultantes da aplicação do presente Regulamento obedecem às normas constantes do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas. -----

2 - Em especial, presume-se violação do dever de obediência, a recusa: -----

a) De sujeição ao teste previsto no artigo 5º; -----

b) De assinatura do Boletim de Controlo, prevista no artigo 10º. -----

3 - Os factos referidos no número anterior, bem como quaisquer outros suscetíveis de responsabilidade disciplinar, serão comunicados aos superiores hierárquicos respetivos, para efeitos de decisão quanto à instauração de processo disciplinar. -----

ARTIGO 15º

CONHECIMENTO AOS TRABALHADORES

O presente Regulamento é do conhecimento obrigatório de todos os trabalhadores da Autarquia, devendo ser promovidas adequadas medidas de divulgação.-----

ARTIGO 16º

DÚVIDAS E SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

1 - As normas constantes do presente Regulamento serão suspensas caso não exista garantia à sua normal execução, sendo a competência desta medida, da Autarquia. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2 - As dúvidas que surjam na interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pela Autarquia. -----

ARTIGO 17º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não estiver expressamente previsto neste Regulamento, aplicar-se-á a legislação portuguesa vigente. -----

ARTIGO 18º

ENTRADA EM VIGOR

O presente Regulamento entra em vigor após a sua aprovação em reunião de Câmara, e quinze dias após a sua publicitação através de Edital, a afixar nos locais públicos de estilo e na página da internet do Município. -----

ARTIGO 19º

DOCUMENTOS ASSOCIADOS

Fazem parte integrante do presente Regulamento Interno, sendo utilizados como documentos para execução do mesmo, os seguintes: -----

Modelo I - Anexo: Boletim de Controlo -----

Modelo II - Anexo: Declaração de Recusa -----

MODELO I - ANEXO: BOLETIM DE CONTROLO

LOCAL: _____

NOME DO TRABALHADOR: _____

CATEGORIA PROFISSIONAL: _____

DATA DO TESTE: ____/____/____ HORA: ____ h ____ m

RESPONSÁVEIS PELO CONTROLO: _____

TESTEMUNHA: _____

TESTE POSITIVO ☐

NÃO APTO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES ☐

TESTE NEGATIVO ☐

☐☐

Valor medido (Vm= __, __g/l)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

APTO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES

Contraprova ☐

Valor medido (Vm= __, __ g/l)

IMPORTANTE

No caso de se verificar uma taxa de alcoolémia igual ou superior a 0,5 g/l, ou de recusa em efetuar o teste, o trabalhador será imediatamente impedido de continuar a exercer qualquer tipo de atividade, durante o restante período de trabalho diário, constituindo o seu comportamento infração disciplinar grave, passível de procedimento disciplinar e a sua ausência ao trabalho falta injustificada com perda de retribuição. Ao trabalhador será entregue cópia deste registo.

O EXAMINADO

A TESTEMUNHA

MODELO II - ANEXO: DECLARAÇÃO DE RECUSA

_____, abaixo assinado, com a Categoria Profissional _____, a exercer as funções de _____, no (Serviço) _____ do Município de Pampilhosa da Serra, declaro que me recusei a efetuar o teste de alcoolémia que me foi agora solicitado, pelos seguintes motivos:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

IMPORTANTE

A realização do teste de alcoolémia é obrigatória para todos quantos exercem atividade profissional para o Município de Pampilhosa da Serra e permaneçam nas suas instalações, independentemente do vínculo contratual. Sendo a recusa passível de procedimento disciplinar.

LOCAL : _____

DATA: ____/____/____

HORA: ____ h ____ m

O TRABALHADOR _____

TESTEMUNHA _____

TESTEMUNHA _____

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 - Rescisão do Protocolo de Cooperação - Antiga Escola Primária de Malhadas da Serra

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- "Considerando o disposto no Protocolo de Cooperação, celebrado entre a Câmara Municipal e a Comissão de Melhoramentos de Malhadas da Serra, em 28/12/1998, o qual operou a cedência do uso e fruição da antiga escola primária de Malhadas da Serra para aquela coletividade;

----- Tendo em consideração que é intenção da Câmara Municipal proceder à reabilitação/recuperação do imóvel em causa, e afetá-lo à prossecução de competências que lhe são legalmente cometidas; -----

----- Considerando que o imóvel se encontra devoluto, não estando a ser utilizado para prossecução dos objetivos marcadamente sociais prosseguidos por aquela coletividade; -----

----- Tendo ainda em consideração que aquela coletividade já deu o respetivo assentimento para que o imóvel regresse à posse do Município; -----

----- Julga-se, salvo melhor opinião de V.Exª, estarem reunidas as condições para que o imóvel em questão, regresse à posse deste Município, sugerindo-se que o Órgão Executivo Camarário delibere a rescisão do Protocolo de Colaboração em questão, atendendo, contudo ao que dispõe o n.º 7 do mesmo, que se transcreve infra: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- “A Câmara reserva-se ainda o direito de rescindir o presente acordo, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois meses), caso careça do edifício para prosseguir fins de interesse público”. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade rescindir o Protocolo de Colaboração em apreço, atendendo, contudo, ao que dispõe o n.º 7 do referido Acordo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

3.1 - ACÇÃO SOCIAL

3.1.1 - Pedido de transferência de verbas para o Projeto Trilhos

----- Foi presente a Informação dos Serviços de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “Tendo em conta que ainda não foi processado o reembolso dos montantes em dívida por parte do Programa Escolhas, pelo que neste momento não será possível assegurar os pagamentos de vencimentos e encargos com a equipa técnica do Projeto Trilhos, solicita-se que seja efetuada uma transferência no valor de 15.000,00€ (quinze mil Euros) para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, enquanto Entidade Gestora, de forma a assegurar os encargos com a equipa técnica até ao momento do reembolso. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para o Projeto Trilhos o valor de 15.000,00€. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4- DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1 - GABINETE FLORESTAL



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.1.1 Alienação de Bens – Lote de Lenha

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de concurso tendente à alienação de um lote de 40 m³ lenha, mediante a apresentação de proposta por carta fechada, à melhor oferta acima dos 200€ (duzentos Euros), nos termos e condições seguintes: -----

1. OBJETO DE ALIENAÇÃO -----

Um lote de lenha composto de 40 m³ de lenha de pinheiro bravo e *cupressus sempervirus*, seca e cortada. -----

2. LOCAL E HORÁRIO DE EXPOSIÇÃO DO BEM -----

O processo encontra-se disponível para consulta no Gabinete Florestal do Município de Pampilhosa da Serra até ao último dia da data fixada para envio das propostas, no horário normal de expediente (dias úteis: das 09:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h) e no sítio da internet do Município: www.cm-pampilhosadaserra.pt -----

O lote de lenha poderá ser observado pelos interessados, de segunda a quinta-feira, das 08:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:00h e sexta-feira das 08:00h às 13:00h, no Estaleiro Municipal de Pampilhosa da Serra. -----

3. VALOR BASE DA ADJUDICAÇÃO -----

O valor base da adjudicação é de 200 € (duzentos Euros), não sendo admitidas propostas de valor igual ou inferior ao valor base ora estabelecido. -----

4. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DEMAIS DOCUMENTOS ---

As propostas devem ser apresentadas dentro de envelope opaco e fechado, identificando-se no exterior do mesmo a palavra “Proposta para alienação de lote de lenha” e o nome do concorrente. -----

As propostas devem indicar um valor para adjudicação do referido lote de lenha, superior ao valor base, a identificação (nome, morada ou sede, número de contribuinte de pessoa singular ou coletiva, B.I. ou nº de cartão do cidadão e assinatura do concorrente). -----

5 LOCAL E DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS -----

As propostas podem ser entregues pessoalmente até às 17:00h do dia 30 de Março de 2012 na Secretaria da Câmara Municipal ou remetidas por correio, sob registo, para Município de Pampilhosa da Serra, Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra. -



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Se o envio da proposta for feito pelo correio, o concorrente será o único responsável por qualquer atraso que porventura se verifique, não sendo atendida qualquer reclamação na hipótese de entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo acima referido. -----

As propostas são listadas e ordenadas de acordo com a respetiva data de entrada/entrega. -----

6. ATO PÚBLICO DO CONCURSO -----

O ato de abertura das propostas é público e terá lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Pampilhosa da Serra, no dia 2 de Abril de 2012, pelas 10:00 horas. -----

7. CRITÉRIOS DE APRECIACÃO -----

A apreciação das propostas assentará no critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o seguinte fator: -----

Valor acima do valor base : 100% -----

Verificando-se a existência de 2 ou mais propostas de igual valor, sendo as mesmas as de valor mais elevado, haverá lugar a licitação, a partir desse valor. -----

O valor de cada lanço é de 50,00 € (cinquenta Euros). -----

Podem intervir na praça os interessados ou seus representantes devidamente identificados, com o bilhete de identidade/cartão do cidadão e cartão de contribuinte. No caso de pessoas coletivas, os seus representantes legais deverão estar devidamente credenciados com poderes bastantes para arrematar. -----

A licitação termina quando o Presidente do Júri tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto. -----

8. JÚRI DO PROCEDIMENTO -----

O Júri do Procedimento será constituído por: -----

Presidente: Jorge Alves Custódio, Vice-Presidente da Câmara Municipal; -----

Vogal: Anabela Nunes Martins, Técnica Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos; -----

Vogal: António Barata Dias, Encarregado Geral Operacional; -----

Vogais Suplentes: Sandra Sofia Miguel Chora Custódio, Técnica Superior e Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, Chefe de Gabinete. -----

Ao Júri competirá ordenar as propostas por ordem decrescente, apreciá-las, efetuar a audiência prévia dos concorrentes e, por fim, submeter a melhor proposta à apreciação e deliberação, por parte do órgão executivo autárquico. -----

9. ADJUDICAÇÃO -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

O pagamento do valor da alienação do lote de lenha será efetuado na totalidade após notificação da deliberação de adjudicação, tomada em reunião da Câmara Municipal. -----
No caso de desistência ou de não pagamento do valor da alienação, a Câmara Municipal poderá adjudicar o bem ao interessado que tiver oferecido valor imediatamente inferior. A Câmara Municipal reserva-se o direito de não efetuar a adjudicação, no caso de entender não estar devidamente salvaguardado o interesse municipal ou de existir forte presunção de conluio entre os concorrentes. -----

10. LEVANTAMENTO DO LOTE DE LENHA -----

O lote de lenha é alienado no estado em que se encontra, sendo todos os trabalhos de levantamento/carregamento, de retirada do mesmo, bem como a limpeza do local da responsabilidade do adjudicatário, tendo que ser retirado no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da receção da adjudicação definitiva e após o pagamento do valor devido. -----

O não levantamento no prazo supra indicado, será considerado desistência, revertendo integralmente o valor que tenha sido pago para o Município de Pampilhosa da Serra. -----

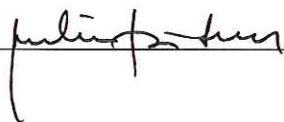
----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim,

 _____, que a subscrevi. -----

